

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

ALTO PARAISO

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....	4
2. RESULTADOS .....	6
2.1. Índice geral .....	6
2.2. Infraestrutura geral .....	9
2.3. Acesso .....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....	12
2.5. Atrativos turísticos .....	14
2.6. Marketing e promoção do destino .....	16
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento .....	21
2.10. Economia local .....	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais .....	26
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	31

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (Mtur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da **Fundação Getulio Vargas** permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, *Marketing* e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Alto Paraíso foi realizada entre os dias 29 de julho a 02 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

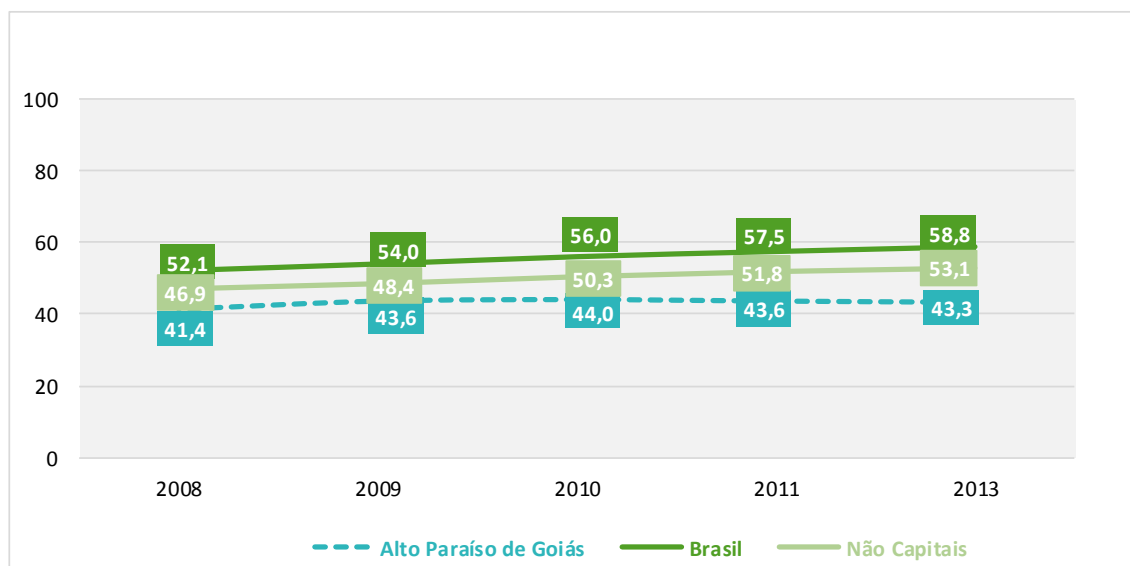
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 43,3 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (43,6):

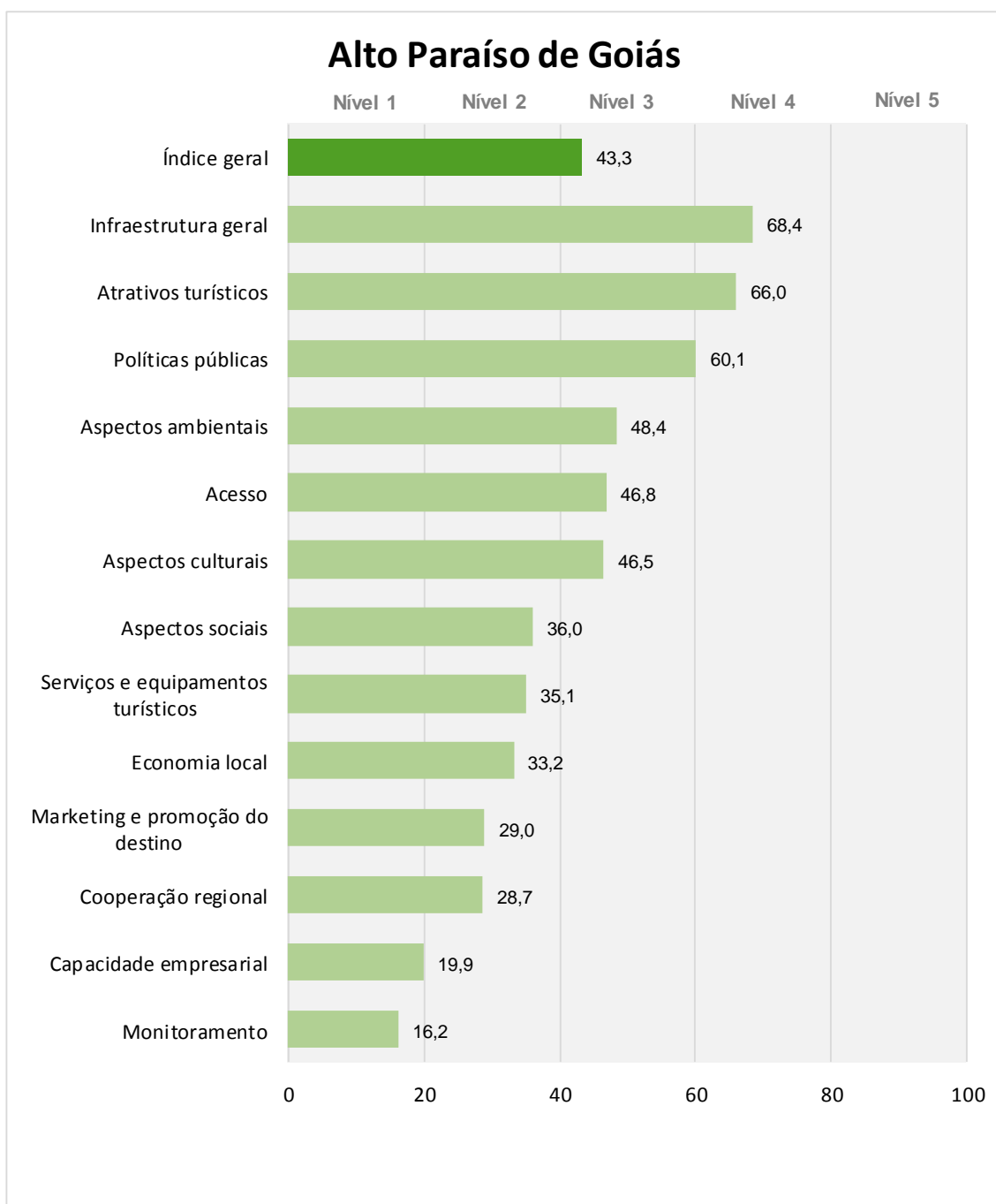
**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Infraestrutura geral e Atrativos turísticos, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Aspectos sociais, Serviços e equipamentos turísticos, Economia local, Marketing e promoção do destino, Cooperação regional, Capacidade empresarial e Monitoramento, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**



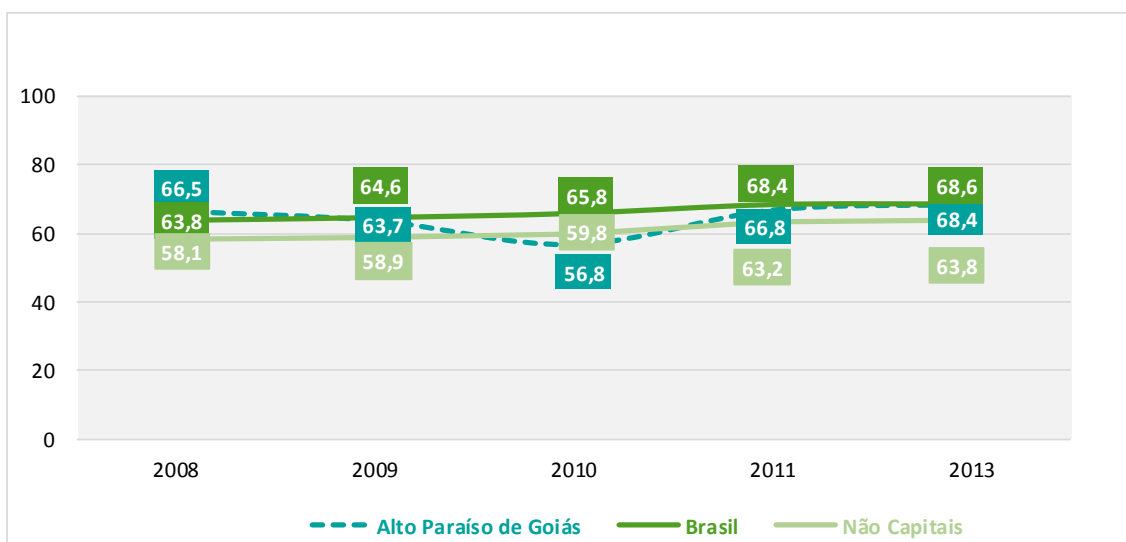


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Alto Paraíso registrou 68,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, laboratórios de análise e estrutura para pequenas cirurgias;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento - voluntários e contratados pelo Icmbio pra atuação nos períodos de seca;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e

- Presença de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada devido aos períodos de chuva;
- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Inexistência de Defesa Civil no destino; e
- Estado de conservação das lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

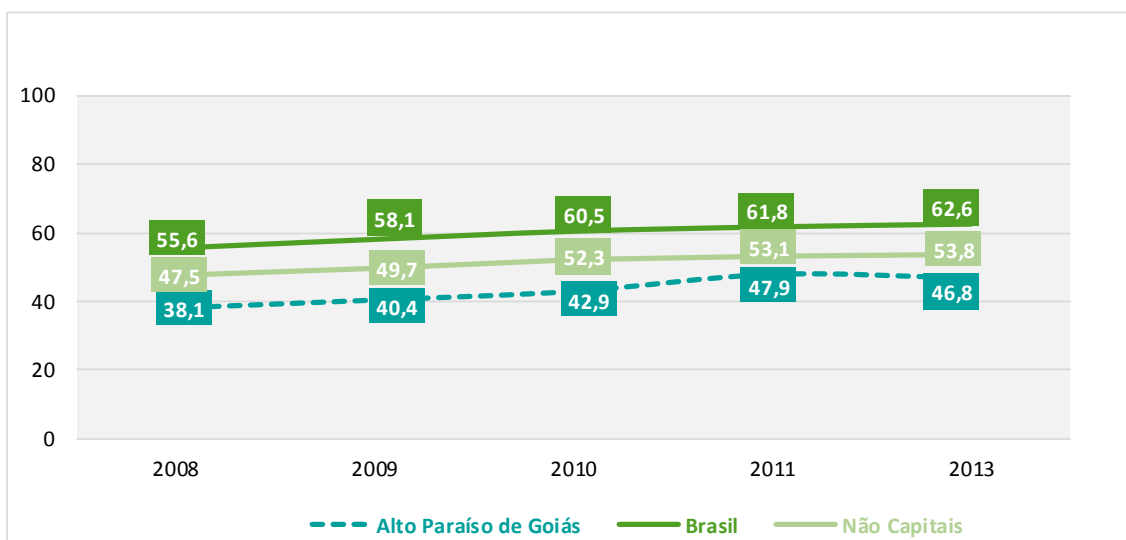
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### **2.3. Acesso**

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 46,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto que atende ao município fora de seu território – Aeroporto Internacional de Brasília - JK, que conta com Centro de Atendimento ao Turista (CAT), lojas, restaurantes, locadoras de veículos, serviço de taxi, serviços bancários e de câmbio, serviço de ouvidoria, sinalização interna em idioma estrangeiro, departamento médico, entre outros elementos;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Ausência de congestionamentos no destino; e
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Ausência de aeroporto dentro do território municipal ou em município limítrofe;
- Carência de transportes públicos na rodoviária – os turistas que nela desembarcam hoje contam apenas com o serviço de moto-taxi;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;

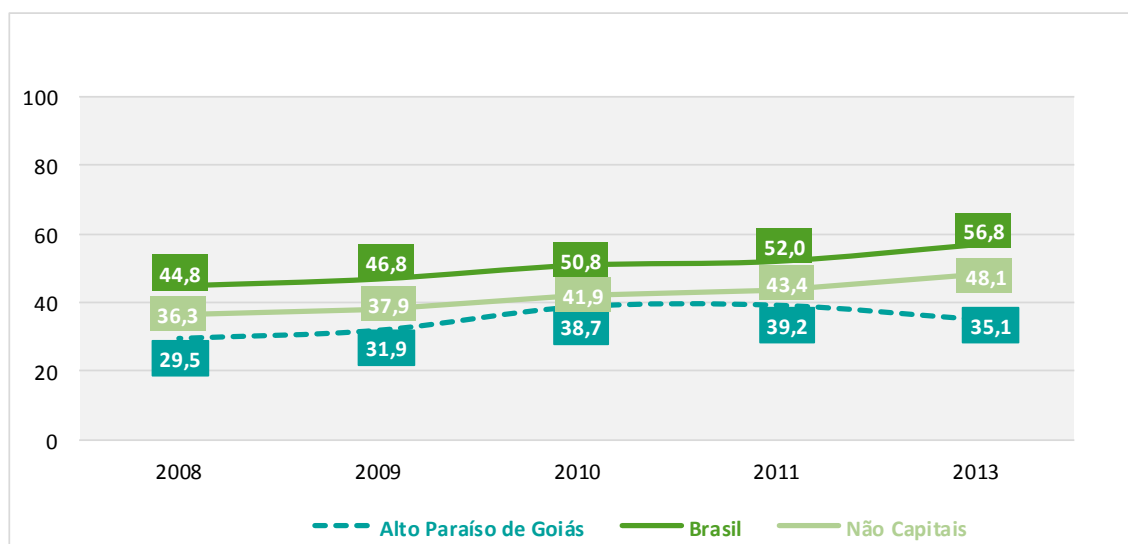
- Inexistência de linhas de transporte urbano que atendam às principais atrações turísticas; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas nacionais e internacionais.

## 2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 35,1 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo **MTur** em parte do destino;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa em parte dos atrativos;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do **MTur**;
- Existência de organização representativa de guias; e
- O fato de os restaurantes estarem orientados quanto à manipulação e preparo com higiene dos alimentos oferecidos.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

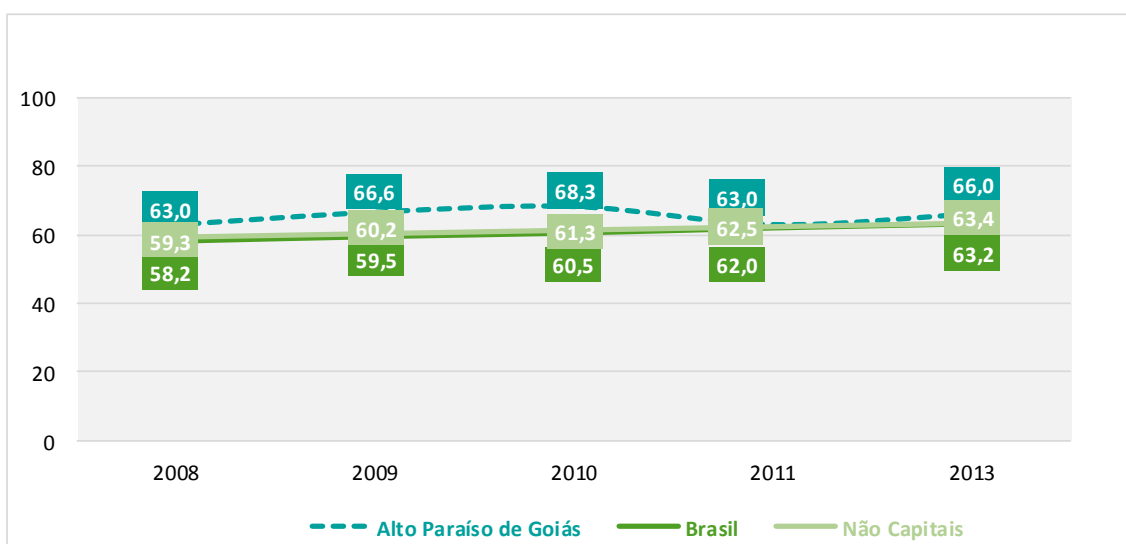
- Cobertura da sinalização turística viária, que não contempla todo o destino, bem como a ausência de informações em idioma estrangeiro nesta sinalização;
- Inexistência de CAT;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino, bem como a carência de demais espaços para a realização de eventos no destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Indisponibilidade de acesso à internet nas unidades habitacionais da maioria dos meios de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Ausência de oferta local de serviços para qualificação profissional – cursos livres, técnicos ou graduação - em áreas relacionadas ao turismo.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 66,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Vale da Lua e Loquinhas;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros –, conforme observado em visita técnica;
- Respeito ao limite de capacidade de carga/suporte, conforme previsto no estudo de capacidade de carga, que prevê o máximo de 465 visitantes por dia;

- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Feira do Produtor Rural, Comunidade do Moinho, A Gota - Centro Experimental de Vivências Musicais;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Festival de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, Festa do Divino - Caçada da Rainha e Aniversário de São Jorge; e
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a observação de fauna e flora e pesquisa no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

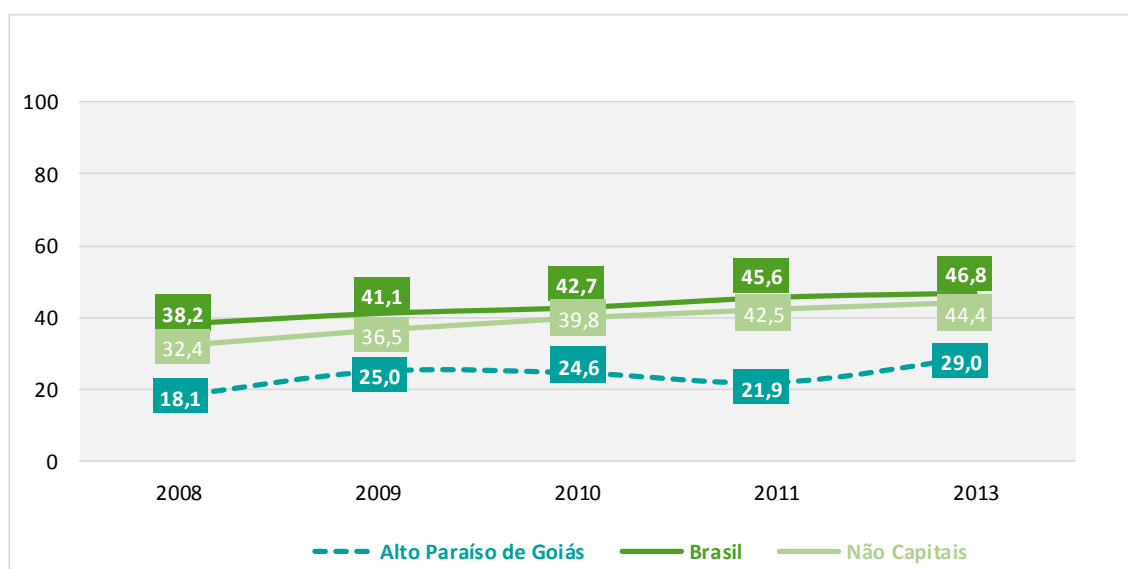
- Conservação da estrutura disponível no local carecem de melhorias, por exemplo, pontos de água nas trilhas, sinalização de trilhas, centro de visitantes, adoção de sinalização interpretativa, bem como melhorias no acesso;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência no Parque;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado;
- Estrutura de apoio aos visitantes neste atrativo cultural;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado; e
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na *internet* (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 29,0 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- O município é contemplado por um plano de *marketing* regional;
- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Existência de material promocional institucional, que passa por revisão ortográfica profissional; e



- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço [www.altoparaiso.go.gov.br](http://www.altoparaiso.go.gov.br), considerada a principal página promocional de turismo do destino.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de *marketing* formal específico para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional ou no mercado internacional;
- Resultados dos eventos de turismo dos quais a cidade participa não avaliados, o que poderia ser feito por meio de pesquisa nos próprios eventos, contagem de visitantes recebidos nos estandes, bem como de negócios estabelecidos, entre outras ações;
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não inclui idioma estrangeiro, não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Inexistência de agenda de eventos gratuita para consulta; e
- Ausência de informações em idioma estrangeiro na página promocional de turismo do destino, além de informações que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

## 2.7. Políticas públicas

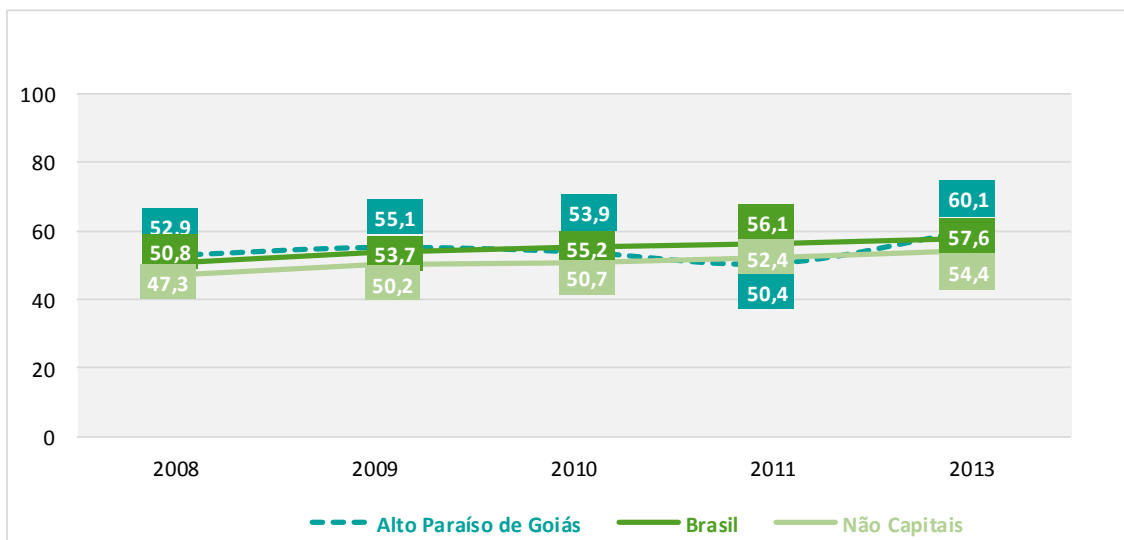
Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo

estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 60,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4(nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- A Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, o projeto sinalização turística;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;

- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Existência de planejamento formal para o setor de turismo – o Plano de Desenvolvimento Turístico de Alto Paraíso 2011-2014.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

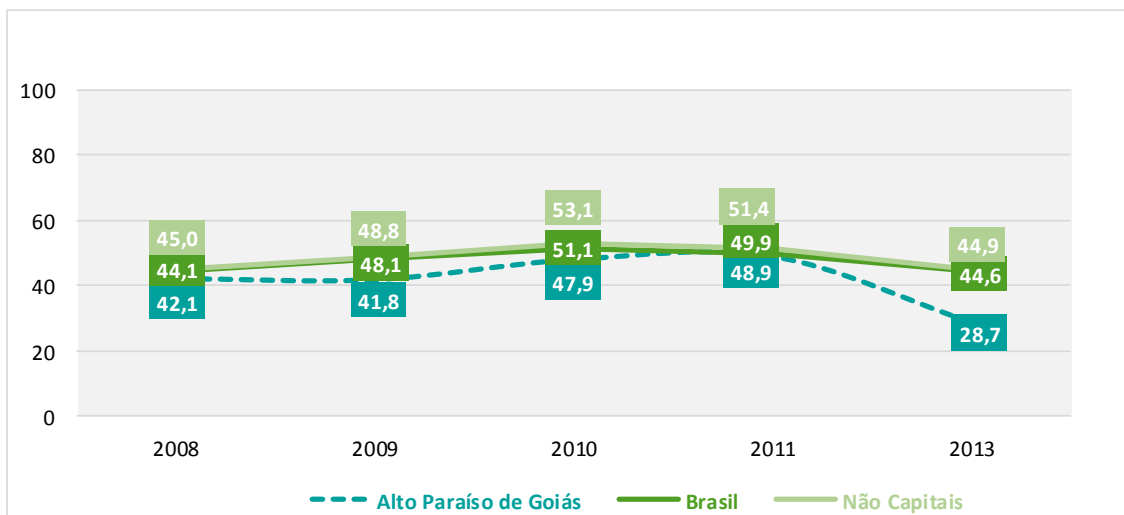
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo - Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Não recebimento de recursos de emendas parlamentares para o turismo no ano anterior;
- Não recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior;
- O destino não atua em cooperação com o **Ministério do Turismo** em programas nacionais, e não registrou, no ano anterior, investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo;
- O Plano Diretor Municipal encontra-se desatualizado, tendo em vista que a última atualização foi em 2004; e
- Alto Paraíso não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 28,7 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional - Forum da Região Reserva da Biosfera de Goyaz – que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região Reserva da Biosfera de Goyaz, constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região Reserva da Biosfera de Goyaz, entre eles, o Plano de imagem regional Reserva da Biosfera;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e agências, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte,

e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo; e

- Existência de material promocional da região turística da qual o destino faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

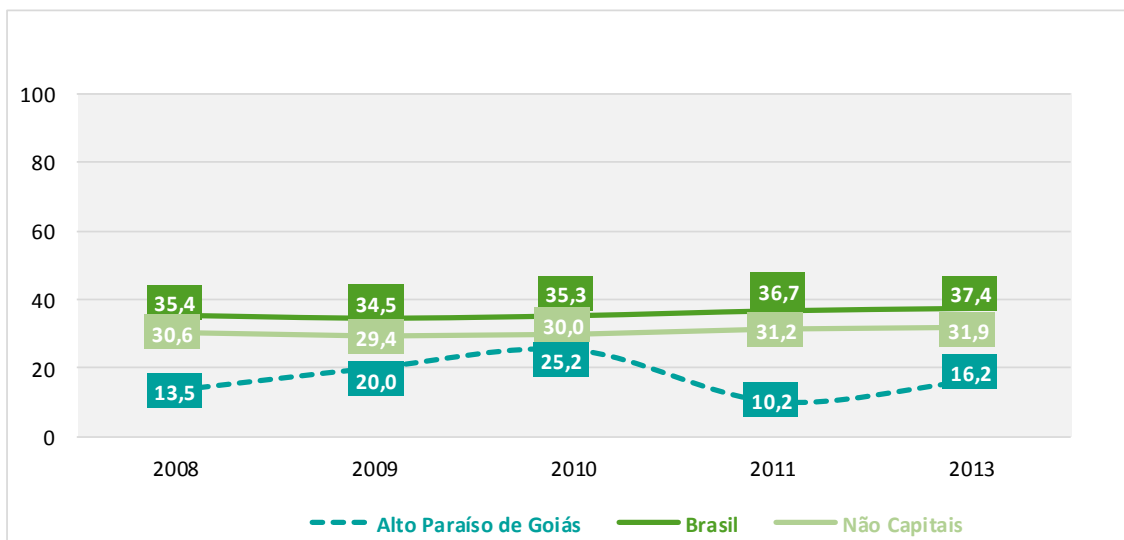
- Inatividade da instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo, que não mantém reuniões periódicas, não dispõe, não conta com recurso próprio e nem dispõe de suporte para a condução de suas atividades;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Não houve ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos, no ano anterior; e
- Inexistência de página institucional da região turística na internet.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 16,2 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de oferta – Inventário da Oferta Turística – realizado em 2012.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

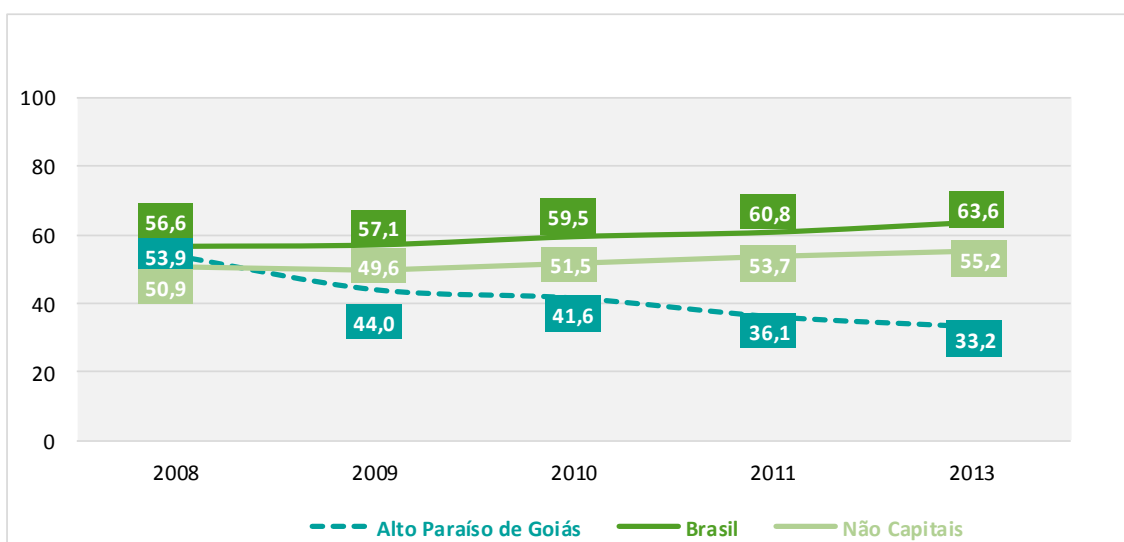
- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Não aproveitamento dos dados coletados na pesquisa de oferta no planejamento, tampouco na divulgação;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 33,2 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como a institucionalização da Lei do MEI no município; e
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau* do destino ou da região da qual o destino faz parte, instituição que poderia auxiliar o destino na captação de eventos, na promoção e divulgação dos atrativos e no planejamento turístico em curto, médio e longo prazo; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

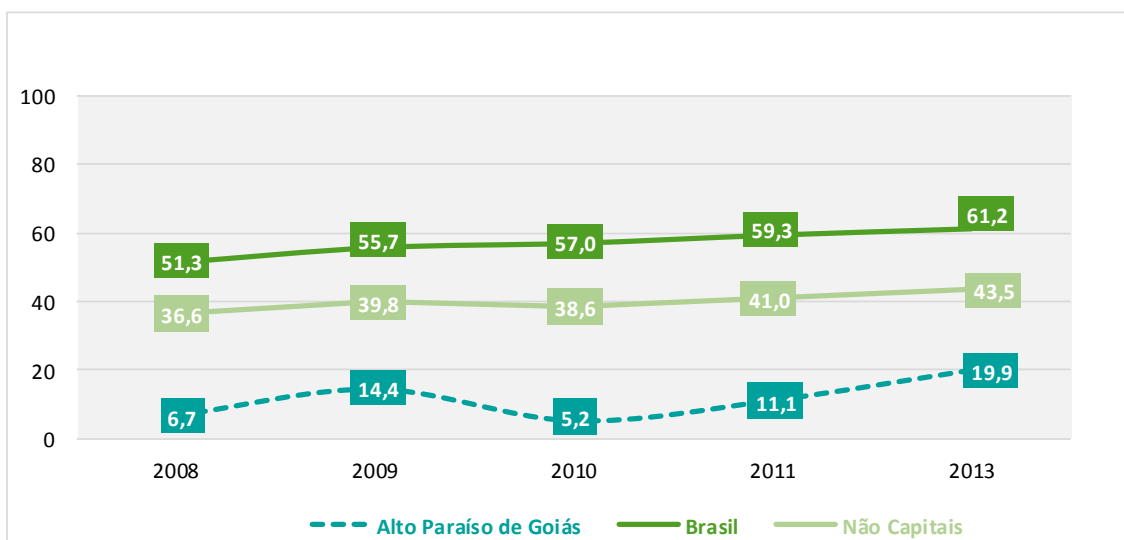
### 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 19,9 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres – o destino conta apenas com uma unidade da UAB que oferece cursos semipresenciais;
- Ausência de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em hotelaria;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, como empresas dos segmentos de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;

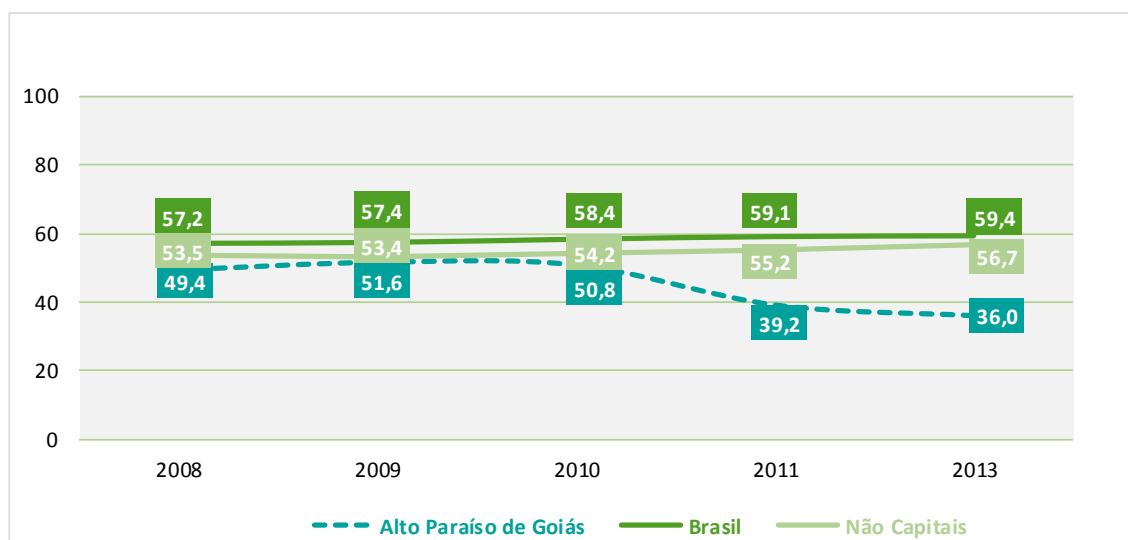
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas Infraestrutura para edificações, Falta de pessoal capacitado no destino e Falta de incentivos fiscais; e
- Inexistência de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 36,0 (nível 2) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%; e
- A população local faz uso dos equipamentos e atrativos turísticos naturais do destino.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e à cultura e ao patrimônio;
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos; e
- Não envolvimento da comunidade com o desenvolvimento da atividade turística, por meio de associações de moradores, sindicatos, ONGs/OSCIPs, cooperativas ou outras organizações.

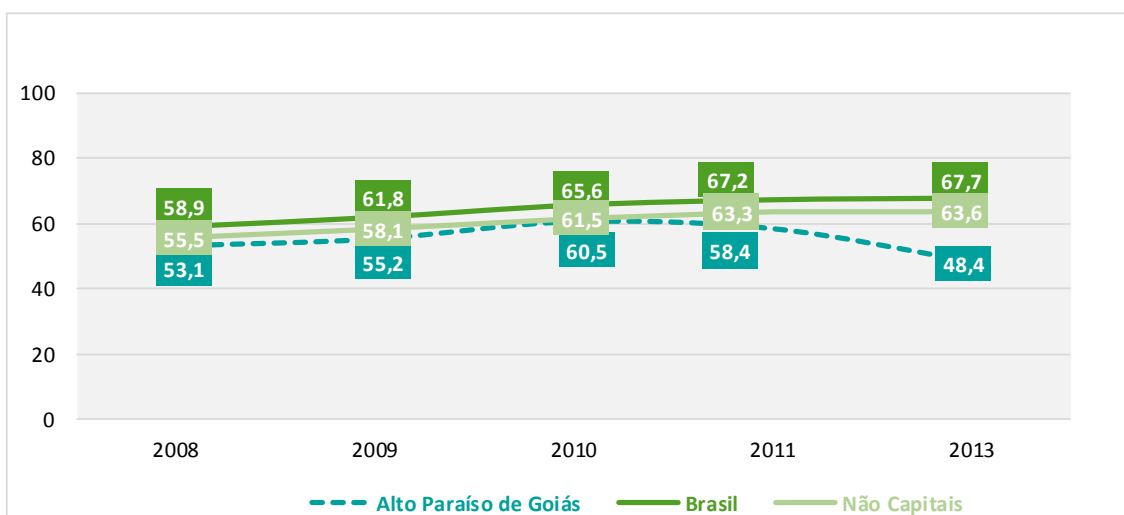
### **2.13. Aspectos ambientais**

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede

pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 48,4 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

- Inexistência de Código Ambiental Municipal ou similar;

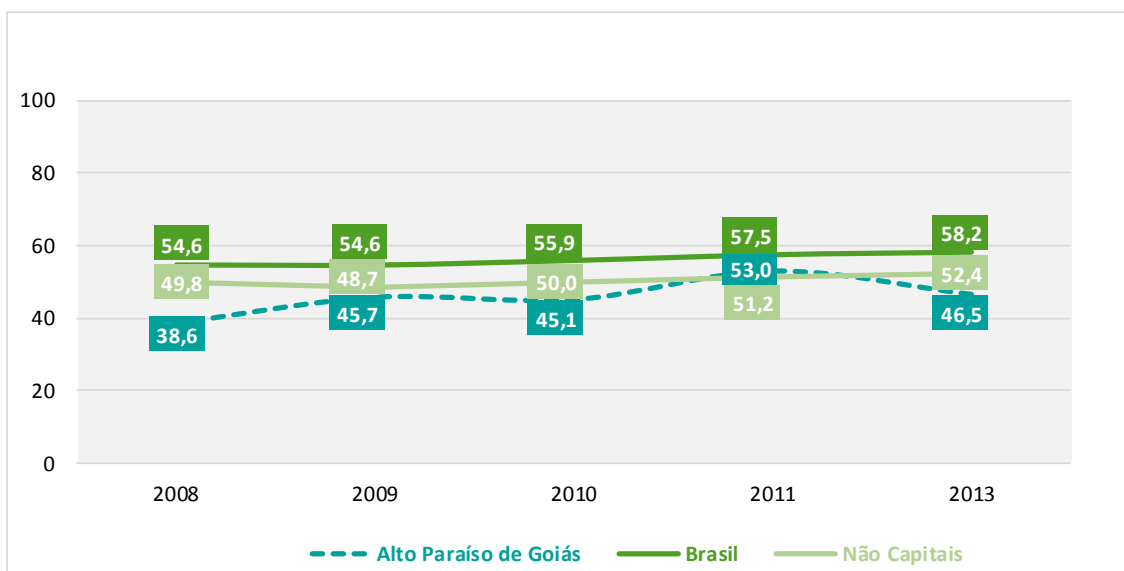
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como agricultura com utilização de defensivos;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de sistema público de coleta e tratamento de esgoto;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um local sem estrutura adequada; e
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial.

## 2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 46,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – Artesanato a base de sementes, esculturas, artesanato holístico –, e culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional – Matula na palha da bananeira, pratos à base de pequi, cultura holística (vegetarianos, naturais), praxada (comida espiritual);
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas, a influência da cultura holística nos hábitos da localidade (comidas vegetarianas, alimentos orgânicos, espiritualidade, tratamentos terapêuticos), bem como de manifestações religiosas no destino – Caça da Rainha na Festa do Divino;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal - Comunidade do Moinho (resquícios de quilombola);
- Existência de sítio arqueológico registrado pelo IPHAN – Grota da Buritirana, Chapada, Sao Jorge 1, Aldeamento Palmeiras;
- Presença de órgão da administração local com atribuição de incentivar o desenvolvimento da cultura - Gerência de Cultura dentro da Secretaria de Educação; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado;
- Ausência de bens tombados como patrimônio histórico ou artístico;
- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- Ausência de legislação municipal de cultura;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Alto Paraíso, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais**

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Alto Paraíso de Goiás		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	44,0	43,6	43,3
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	56,8	66,8	68,4
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	42,9	47,9	46,8
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	38,7	39,2	35,1
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	68,3	63,0	66,0
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	24,6	21,9	29,0
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	53,9	50,4	60,1
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	47,9	48,9	28,7
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	25,2	10,2	16,2
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	41,6	36,1	33,2
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	5,2	11,1	19,9
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	50,8	39,2	36,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	60,5	58,4	48,4
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	45,1	53,0	46,5

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.